

O EVISMO DOZE ANOS DEPOIS: REVOLUÇÃO BURGUESA NOS MARCOS DE UMA ECONOMIA DEPENDENTE

*Diego Pereira de Siqueira*¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar o governo de Evo Morales na Bolívia e explicar as razões de seu aparente sucesso no contexto de crise do chamado “ciclo progressista” na América do Sul. Tendo como base o conceito de padrão de reprodução do capital, o artigo mostra que o evismo constituiu-se como a forma política mais adequada ao aprofundamento do padrão primário-exportador da economia boliviana. Adicionalmente, o evismo ampliou as bases de sustentação desse padrão ao promover ativamente a ascensão de uma nova pequena burguesia de origem indígena.

Palavras chave: Evismo, Bolívia, padrão primário-exportador, burguesia indígena.

Abstract: This article aims to analyze the Evo Morales government in Bolívia and to explain the reasons for his aparent success at the background of crisis of the South America so-called “progressist cycle”. Based on capital reproduction pattern concept, the article shows the evism as the most suitable political formation to the deepening of primary-export pattern of bolivian economy. Additionally, the evism increased this pattern’s support base by actively fostering the rising of a new petty bourgeoisie of indigenous descent.

Keywords: Evism, Bolivia, primary-export pattern, indigenous bourgeoisie.

¹ Professor universitário, Mestre em Ciências pelo Programa de Integração da América Latina (Prolam) da USP, Doutorando em Ciências pelo mesmo programa, tradutor e revisor.

Os últimos dois anos na América do Sul têm testemunhado uma ofensiva midiático-empresarial contra os chamados “governos de esquerda” que chegaram ao poder nos início desse século. O golpe parlamentar contra Dilma Roussef no Brasil, a derrota de Cristina Kirchner nas eleições presidenciais da Argentina e a crise social aguda vivida pela Venezuela de Maduro, além da deposição de Fernando Lugo do Paraguai em 2012, são todos episódios do progressivo desgaste vivido por esses governos identificados como “pós-neoliberais”, do qual se aproveitam forças conservadoras.

A única exceção parece ser a Bolívia de Evo Morales. O país apresenta não apenas uma inédita estabilidade política (Morales já é o dirigente boliviano há mais tempo no poder desde o Marechal Santa Cruz, no século 19), sem nenhuma força social adversária viável que possa lhe fazer frente, como também experimenta um crescimento econômico da ordem de 5% ao ano em média nos últimos dez anos, colocando-a à frente dos Estados Unidos e de todos os outros países sul-americanos¹.

Quais são as razões desse aparente sucesso? Ele significa, como defendem seus apologistas, que o evismo representa uma ruptura radical com o modelo de acumulação capitalista neoliberal que prevalecia antes de sua chegada ao poder e o surgimento de um novo modelo econômico, baseado em formas comunitárias de produção (economia plural) e na democratização do poder político? Ou, pelo contrário, apesar de sua retórica e dos impressionantes dados econômicos, a Bolívia continua a ser um país periférico dependente, submetida a uma divisão internacional do trabalho que lhe destina o papel de simples produtora de matérias primas?

Nesse artigo, pretendemos responder a essas interrogações efetuando uma investigação das raízes sociais e econômicas do bloco histórico atualmente no poder na Bolívia e que denominamos evismo². Veremos como sua origem

¹ Como pode ser visto na seguinte reportagem da BBC: <https://www.bbc.com/portuguese/amp/internacional-41753995>. Consultado em 08/11/17.

² Até onde podemos verificar, o termo “evismo” foi usado pela primeira vez pelo atual vice-presidente boliviano, Álvaro Garcia Linera, em artigo escrito pouco depois de seu triunfo eleitoral (2006), embora nunca mais o tenha empregado em escritos posteriores. Nele, Linera qualifica o “evismo” (o bloco social que chega ao poder com a eleição de Morales) como uma “*estratégia de luta pelo poder baseado nos movimentos*”

SIQUEIRA, D. P. O evismo doze anos depois está ligada à decomposição do velho Estado boliviano surgido das reformas neoliberais da década de 1980 e à reaglutinação do movimento popular e camponês em torno do setor camponês cocaleiro e, por fim, ao enfrentamento entre esse bloco e as antigas classes dirigentes em torno da nova Assembleia Constituinte. Veremos como, após vencer seus adversários oligárquicos, o MAS adota uma política de cunho neodesenvolvimentista que, apesar de enfatizar o papel do Estado na condução da economia, não rompe de maneira absoluta com o padrão de reprodução capitalista primário-exportador, tendo como grande diferencial a promoção de novas frações proprietárias de origem indígena e chola.

Decomposição do Estado neoliberal e surgimento do evismo

A Bolívia no início do século XXI experimentou uma sucessão de graves crises políticas e institucionais que indicavam o completo colapso do modelo de acumulação de cunho neoliberal e privatizante que prevalecia desde 1985. Particularmente marcantes desse desgaste foram: a “guerra da água” em 2000, o primeiro caso onde movimentos sociais reverteram a privatização de uma empresa pública, que teve entre suas repercussões uma greve policial, que se recusou a reprimir os manifestantes, e a derrubada do governo do ex-ditador Hugo Bánzer; e a “guerra do gás” em 2003, quando diversos movimentos, sindicatos e organizações comunitárias se mobilizaram contra o projeto de venda de gás para o Chile, levando à queda do governo de Sanchez de Lozada e, mais importante ainda, a criação de uma agenda política desses movimentos (A “Agenda de Outubro”) que continha como pontos principais a demanda pela nacionalização dos recursos naturais e a convocação de uma Assembleia Constituinte.

sociais”(2006: p. 26). Sua originalidade estaria em possibilitar o acesso direto desses movimentos ao poder, prescindindo de representações encarnadas na velha concepção de “vanguarda” dos partidos de esquerda. Como procuraremos demonstrar, tal definição é, no mínimo, questionável, já que em sua prática estatal o evismo tende a reeditar aspectos do Estado centralizador de recursos, entrando em conflito com os movimentos populares.

A principal força política que logrou canalizar o descontentamento social, constituindo-se o eixo em torno da qual se aglutinaram os diversos movimentos sociais e sindicatos, era constituída pelos sindicatos camponeses cocaleiros organizados no partido MAS-IPSP (*Movimiento al Socialismo – Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos*) e tendo como principal liderança nacional Evo Morales Ayma. Vejamos um pouco a especificidade desse movimento.

Os cocaleiros, como movimento de caráter indígena e camponês, são o resultado e a síntese de diversos processos que operaram no campo das classes populares bolivianas ao longo das últimas décadas, e também das distintas experiências que populações originárias construíram ao longo de sua relação com o Estado. A partir da década de 1970, pressionados pela grande pobreza nas regiões rurais, e algumas vezes também fugindo da repressão governamental, grandes contingentes de camponeses quéchuas passam a migrar para novas zonas de colonização agrícola no Chapare, região de Cochabamba. Para assegurar a manutenção de suas famílias, passam a se dedicar ao cultivo da folha de coca, o que coincide com uma alta na demanda por parte do narcotráfico (URQUIDI: 2007, p. 152).

Em sua migração, esses contingentes mantiveram e reforçaram seus laços familiares e comunitários, tentando reproduzir em suas novas condições as práticas sociais de seus locais de origem, que incluíam também a experiência sindical camponesa³. Não obstante, isso marca uma contradição de sua posição social, já que o cocaleiro efetivamente é um camponês proprietário, que produz um artigo (a folha de coca) não mais apenas para a subsistência, mas para ser vendido diretamente no mercado.

A partir da década de 1990, o Estado boliviano passa a sofrer crescente pressão dos EUA para se coadunar com seus programas de combate ao narcotráfico e erradicação dos cultivos ilegais da folha de Coca. A “guerra ao narcotráfico”, como nova prioridade da política externa norte-americana, constituiu um novo eixo das suas relações com a América Latina, no qual a concessão de créditos

³ Efetivamente, a primeira federação de plantadores de coca e colonizadores data do ano de 1971 (URQUIDI, 2007, p. 155).

SIQUEIRA, D. P. O evismo doze anos depois e a renegociação da dívida externa eram agora condicionadas à certificação de cada país na luta contra as drogas (URQUIDI: 2007, p. 157-158).

Isso colocou o Estado boliviano em conflito com os interesses dos camponeses plantadores de coca, numa escalada de repressão e violência que atingiu seu auge no segundo governo Banzer. O resultado foi dar aos cocaleiros um crescente protagonismo na rearticulação da resistência popular ao Estado. Mas como puderam eles, em sua resistência aos planos de erradicação da coca, articular em sua prática social demandas de outras classes e grupos sociais subalternos, habilitando-se a canalizar as demandas sociais dispersas e proporem uma alternativa social ao bloco dominante, consolidado no Estado?

Segundo Urquidi (2007, p. 211): “*Os cocaleiros são uma condensação orgânica de etnias camponesas diversas, unidas a grupos de trabalhadores de experiências produtivas distintas e de várias regiões geográficas*”. Ainda:

O modo como eles articularam essa heterogeneidade dispersa foi atualizando o discurso nacionalista estatizante do operariado, atrelado a uma proposta indígenista contemporânea – i.e., sem o caráter racista de outros movimentos indígenas –, para o qual sua peculiar aptidão para a negociação foi um instrumento fundamental. A flexibilidade discursiva alcançada facilitou também um diálogo próximo com outros setores da sociedade e com o governo, dando uma inesperada projeção internacional ao movimento.

As principais táticas do movimento cocaleiro, herdadas de suas diferentes matrizes constitutivas, serão as marchas, concentrações em cidades importantes, greves de fome e bloqueios de estradas interdepartamentais. Realizam também uma intensa atividade propagandística de suas demandas, com entrevistas na mídia, debates com a população e participação em seminário e fóruns internacionais de movimentos sociais, no processo forjando alianças com outros setores populares e ampliando seu horizonte político até o ponto em que “as propostas de autonomia política se sobrepuseram às posturas corporativas iniciais” (URQUIDI: 2007, p. 170).

Por todas essas características peculiares, os cocaleiros estavam bem posicionados para aproveitar a brecha ocasionada pela decomposição do Estado

e se colocarem como os intérpretes de um novo bloco popular, substituindo a antiga hegemonia do proletariado mineiro. Apesar de muitas vezes terem se posicionado, nas “guerras” da água e do gás, como o setor mais moderado e disposto à negociação com o governo, em seus discursos e pronunciamentos Evo Morales e outros dirigentes do MAS enfatizavam a luta das populações originárias contra o colonialismo e o imperialismo e a necessidade de “refundação” do Estado boliviano sob bases mais inclusivas⁴, aparecendo assim como a antítese dos velhos partidos identificados com o Estado neoliberal.

Em 2005, Evo Morales é eleito com uma enorme margem de votos, prescindindo da necessidade de uma escolha pelo Congresso⁵. Teve 53,74% dos votos, contra 28,59% do seu principal adversário, Tuto Quiroga. Seu primeiro mandato será marcado pela luta dos movimentos sociais em torno da realização da Agenda de Outubro, concretizada no decreto de nacionalização dos recursos naturais, publicado a 1º de maio de 2006⁶, e na instalação da Assembleia Constituinte para a redação da nova Constituição, em agosto do mesmo ano.

Essa última foi marcada por eventos dramáticos de enfrentamento entre movimentos sociais apoiadores das reformas do governo e as forças oligárquicas baseadas nos departamentos (Estados) do Oriente. Esses grupos empresariais e agrários faziam parte do bloco de poder que controlava o Estado central durante

⁴ Na Bolívia a heterogeneidade social, resultado da incapacidade do Estado de unificar a formação social e consolidar um único modo de produção, resultou no divórcio entre Estado e sociedade, em especial a população indígena que historicamente foi submetida a um brutal regime de opressão cultural e material, mantida excluída dos processos de constituição de espaços de decisão. Por conta disso, a classe dominante boliviana, historicamente de filiação urbana e falante de castelhano, nunca logrou obter uma verdadeira hegemonia, ou seja, “um processo de unificação da dimensão nacional que articule a diversidade local com objetivos estatais modernos” (URQUIDI: 2007, p. 42). A essa formação heterogênea, o sociólogo René Zavaleta Mercado chamou de *sociedade abigarrada*. Para mais informações, ver o livro de Garcia Linera, *A potência plebeia*.

⁵ Desde 1985, a Constituição boliviana prescrevia que, no caso de nenhum candidato presidencial ter 51% dos votos, a escolha do novo mandatário caberia ao Congresso. Isso abria portas para todo tipo de negociações e composições entre os partidos, acentuando ainda mais o caráter excludente do sistema político boliviano.

⁶ Apesar de ter despertado muito barulho na imprensa brasileira por ocasião da ocupação de algumas instalações da Petrobrás, o decreto de nacionalização não implicava na tomada e confisco de propriedade de empresas estrangeiras, e sim na renegociação dos contratos, aumentando o percentual do Estado em impostos de 18% para 50%.

SIQUEIRA, D. P. O evismo doze anos depois o período neoliberal, mas agora, deslocados do poder pela emergência do partido indígena MAS, lançavam mão da bandeira da autonomia departamental para manterem ao menos parte de controle sobre as receitas advindas das atividades petrolíferas. Garcia Linera faz o seguinte diagnóstico dessa estratégia da oligarquia cruceña:

... essa luta empresarial pelo controle das estruturas de decisão do poder político não toma a forma de uma luta “nacional”, geral, de controle total do Estado, o que exigiria por parte do empresariado cruceño uma série de propostas, de convocatórias dirigidas para mobilizar o resto do país, para articular interesses de outros setores sociais, já que o horizonte nacional que propugnam e defendem (livre mercado, investimento externo, racismo etc.) foi derrotado em toda a região Oeste em outubro de 2003 e é uma ideologia cansada e em retirada, pelo menos temporariamente. Daí que o empresariado cruceño haja apostado em uma regionalização de sua luta política por meio da reivindicação de autonomia. Em sentido estrito, a reivindicação de autonomia dos empresários cruceños se apresenta, portanto, como uma luta defensiva, de recuo sobre sua zona de irradiação básica (Santa Cruz) e, com isso, o abandono da luta por uma hegemonia nacional que sentem impossível. (...) A autonomia cruceña, convertida em bandeira central da reivindicação empresarial, é, portanto, a luta pelo poder político, mas em sua dimensão fracionada, regionalizada e parcial e a materialização do abandono da disputa do poder geral, “nacional” do país (LINERA: 2010, p. 312-313).

No entanto, apesar do caráter “defensivo” da luta regional, o empresariado de Santa Cruz ainda era uma força econômica a se considerar: se não reunia mais as condições para exercer uma hegemonia plena sobre todo o território nacional, ainda poderia bloquear, através de seus representantes na Assembleia Constituinte, o avanço do bloco histórico evista. Isso foi demonstrado, por exemplo, na tomada violenta de prédios públicos e de sedes de organizações indígenas, além da explosão de um gasoduto que levava gás para o Brasil em setembro de 2008, realizado por militantes de extrema direita organizados em torno da *Unión Juvenil Cruceñista* (PEÑAREDA: 2009: 157), e o massacre de

treze camponeses durante uma marcha em apoio ao governo, atribuído ao então governador do Departamento de Pando, Leopoldo Fernández⁷.

Se a oligarquia cruceña não era mais capaz de assumir a integralidade do poder estatal, o bloco histórico evista não possuía interesse em esmagar completamente a oposição, pois isso exigiria um esforço prolongado e uma guerra econômica que colocaria em risco seu próprio projeto (que, como veremos, possuía um caráter neodesenvolvimentista e de promoção social de camadas indígenas vinculadas ao mercado externo). Assim, chegou-se ao que Linera classificou de “empate catastrófico”:

Um empate catastrófico surge quando não existe a capacidade de uma hegemonia completa, mas uma confrontação irresoluta por essa hegemonia entre duas proto-hegemonias, o que gera processos de confrontações permanentes de baixa intensidade, de confrontos e desgastes mútuos, que impedem que alguma delas expanda sua liderança sobre o restante da sociedade (Linera: 2010, p. 315).

O resultado desse processo, após intensos conflitos e choques entre apoiadores do governo e oposição, foi uma “concertación ou pacto democrático” (GIL: 2008, p. 177) entre governo e oposição autonomista⁸, no qual jogaram um papel importante os governos do Brasil e Argentina como mediadores. Ambos tinham interesse em evitar a radicalização do processo político boliviano, que pudesse ameaçar os investimentos de suas empresas, ou mesmo levar à balcanização do país, com todas as consequências para a estabilidade regional.

Aprovada a nova constituição e derrotada a oposição autonomista, o MAS passa a consolidar um modelo de desenvolvimento que seu principal ideólogo, o vice-presidente Garcia Linera, qualifica de “capitalismo andino-

⁷ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/ex-governador-boliviano-condenado-a-15-anos-de-prisao-por-massacre-de-indigenas.ghtml>. Consultado em 18/10/2017.

⁸ Que teve seu primeiro resultado na convocação de um referendo revogatório dos mandatos de Evo Morales e Garcia Linera, assim como a de todos os prefeitos (governadores) dos departamentos. O desenlace foi uma vitória esmagadora pela continuidade do mandato do presidente e seu vice (67% dos eleitores), que ganhou resultados expressivos mesmo nos departamentos da Meia Lua comandados pela oposição (PANNAIN: 2014, p. 203).

SIQUEIRA, D. P. O evismo doze anos depois amazônico⁹. Tal modelo é caracterizado pelo protagonismo do Estado em seu aspecto rentista e distribuidor de recursos e na consolidação do padrão primário-exportador da economia, ao mesmo tempo em que promove uma ampliação das elites no poder para incluir as novas camadas pequeno-burguesas indígenas em ascensão. Vejamos mais de perto as concepções econômicas contidas no programa do MAS

Programa político-econômico do bloco histórico evista

Na Bolívia, a heterogeneidade social, resultado do abigarramento¹⁰ e da incapacidade do Estado de unificar a formação social consolidando um único modo de produção, produziu um divórcio entre Estado e sociedade, em especial a população indígena, submetida a um brutal regime de opressão cultural e material e excluída dos processos de constituição de espaços de decisão. Por conta disso, a classe dominante boliviana, historicamente de filiação urbana e falante de castelhano, nunca logrou obter uma verdadeira hegemonia, ou seja, “um processo de unificação da dimensão nacional que articule a diversidade local com objetivos estatais modernos” (URQUIDI: 2007, p. 42).

A Revolução de 1952, embora tenha iniciado um importante processo

⁹ Em matéria veiculada no jornal *Le Monde*, “El capitalismo andino-amazónico”. In: <https://www.lemondediplomatique.cl/El-capitalismo-andino-amazonico.html>. Consultado em 14/09/2017

¹⁰ De difícil tradução para o português, essa palavra espanhola designa uma mistura imperfeita de várias cores de tons vivos e vibrantes, com um efeito geral discordante, ou de camadas sobrepostas umas às outras, sem estarem articuladas entre si. René Zavaleta Mercado a utilizou para caracterizar a formação social boliviana como uma sociedade não homogeneizada, onde coexistem dentro dela diversos tempos históricos e modos de produção desarticulados: comunidades indígenas de diferentes etnias e idiomas vivendo de acordo com seus costumes tradicionais, com técnicas produtivas e relações sociais pré-Conquista, submetidas ao arbítrio da classe latifundiária, de outro a população mestiça das cidades que, por sua formação e vínculos econômicos, filiava-se a perspectivas de modernização encarnadas pelo Ocidente; entre essas duas populações, a única mediação possível dava-se apenas por meio da expressão armada do Estado, o exército (que, por isso mesmo o tornava apenas um Estado aparente, isto é, que não logrou obter uma hegemonia). Gil (2008) utiliza para esse termo a tradução de “invertebrada”, enquanto Urquidi (2007) faz uso da palavra “imbricação”.

de unificação territorial e fortalecimento do Estado, não superou esse estado de coisas, na medida em que buscou apagar a dimensão étnica das populações originárias, enquadrando-as na categoria de “camponeses” e apregoando a mestiçagem como definidora do caráter nacional. Ao mesmo tempo, na sua relação com elas, a elite emenerrista reproduzia práticas clientelistas e a mentalidade senhorial das velhas classes dominantes (ANDRADE: 2007, p. 108-109).

A partir da década de 1980, a crescente capacidade discursiva e mobilizatória de setores populares, das comunidades aimarás ao sindicalismo cocaleiro, substituiu a antiga hegemonia operária centralizada em torno da COB entre as classes subalternas e deu origem à construção de um novo bloco histórico cujo eixo é o campesinato indígena, em aliança com setores urbanos. Tal bloco histórico assume o comando político do país em um momento em que se configura uma crise sem precedentes do Estado boliviano, fraturado e questionado não apenas em seu componente neoliberal, mas também em sua própria natureza republicano-representativa, vigente desde a independência no século 19. Evo Morales, em diversos discursos, colocou como meta programática de seu governo a “refundação” do Estado boliviano, ou seja, sua reconstrução em bases não-discriminatórias e que reconhecessem a especificidade indígena. É também o que coloca Linera, quando defende a construção de:

... uma nova estrutura estatal capaz de integrar em toda a estrutura institucional, na distribuição de poderes e na normatividade, essas duas grandes dimensões da qualidade social boliviana: a diversidade etnocultural e a pluralidade civilizatória dos regimes simbólicos técnico-processuais de organização do mundo coletivo (LINERA: 2010, p. 197).

O que o vice-presidente propõe, aqui e em diversos artigos e discursos públicos, poderia ser qualificada como uma tentativa de resolver a disjunção entre Estado e sociedade que sempre caracterizou a história boliviana. Em outras palavras, eliminar o abigarramento da formação nacional boliviana por meio da instituição do conceito de plurinacionalidade, reconhecendo e legitimando os diversos tempos históricos e civilizações que coexistem dentro de suas fronteiras e tornando o Estado, pela primeira vez, uma verdadeira *síntese* de

Se a Bolívia é uma sobreposição de várias culturas e várias civilizações, seu Estado, como síntese, deveria ser uma institucionalidade capaz de articular, de compor uma engenharia política formada por uma presença proporcional das culturas e identidades linguísticas, além de poder contar com instituições modernas e tradicionais, deliberativas, representativas e assembleísticas para a tomada de decisões em escala geral, “nacional” (LINERA: 2010, p. 219).

Segundo essa visão, o bloco histórico evista não se proporia a tarefa de uma transformação radical da estrutura de poder e riqueza i.e., uma revolução socialista, mas sim a *descolonização* do Estado boliviano por meio da ampliação de sua representatividade junto à população indígena, historicamente excluída. Ele não teria um impacto econômico imediato, mas apenas gradual, na medida em que a descolonização implicasse em maior participação da população indígena e na redistribuição da riqueza antes concentrada no setor não-indígena. No mesmo artigo onde cunhou pela primeira vez o termo “evismo”, Linera defende que ele seria

... uma revolução política que tem seu impacto no âmbito econômico, mas não de maneira estritamente radical. O próprio Evo Morales conceitualizou o processo que encabeça como uma revolução democrática cultural ou revolução democrática descolonizadora, que modifica as estruturas de poder, modifica a composição das elites do poder e os direitos, e com isso as instituições do Estado, e isso tem um efeito na própria estrutura econômica, porque toda ampliação de direitos significa a redistribuição da riqueza” (LINERA: 2006, p. 31).

Se em sua visão política e institucional o MAS se remetia à crítica do Estado colonial e da marginalização dos povos originários, em sua política econômica buscava resgatar componentes do discurso nacionalista-revolucionário da Revolução de 1952, como o controle nacional sobre as riquezas nacionais e a reforma agrária, apresentando-se como o construtor de “um modelo pós-neoliberal, talvez o único sério na América Latina” (LINERA:

A síntese dessa visão econômica pode ser encontrada no *Plan Nacional de Desarrollo* (PND) lançado pelo governo em junho de 2006. Em sua introdução, ele apresenta a necessidade de uma mudança no então vigente “padrão de desenvolvimento primário-exportador” por outro, mais diversificado, que consista na industrialização dos recursos naturais (também um antigo objetivo posto pela Revolução de 1952) e que consiga reduzir a desigualdade e a pobreza no país, reduzindo a centralidade do mercado e colocando o Estado como principal agente econômico:

A mudança do padrão primário-exportador é, portanto, uma condição imprescindível para reverter a desigualdade e a exclusão da população indígena, rural e urbana; erradicar a pobreza no país e desmontar tais dispositivos. Entretanto, tal “desmontagem” será insuficiente se, ao mesmo tempo, não instaurarmos novos dispositivos econômicos, políticos e culturais que nos conduzam à construção de um novo modelo de desenvolvimento – de produção e acumulação interna de riqueza – baseado na soberania da propriedade e na industrialização dos recursos naturais para sua exportação e uso interno, junto com a redistribuição da riqueza nacional obtida em benefício dos setores sociais tradicionalmente excluídos do acesso aos meios produtivos e ao emprego digno, adequadamente remunerado e estável, mediante a ampliação e diversificação do aparato produtivo em uma matriz, a recuperação do mercado interno e a redefinição de nosso relacionamento com os mercados internacionais, sempre em benefício do país (BOLÍVIA: 2006, p. 6, tradução nossa).

Os objetivos elencados no parágrafo acima não são diferentes das metas estabelecidas por outros governos ditos de “centro-esquerda” ou progressistas da América Latina, como o de Lula no Brasil. De fato, são um resumo das proposições do que se convencionou chamar de “neodesenvolvimentismo”¹¹:

¹¹ Cláudio Katz (2016, p. 160-161) resume o conjunto de propostas neodesenvolvimentistas a cinco pontos: 1) intensificação da intervenção estatal, mas sem voltar às antigas práticas keynesianas; 2) uso da política econômica não apenas para atuações na conjuntura, mas como um instrumento central para o crescimento, cuja prioridade é manter o déficit fiscal reduzido; 3) retomada da industrialização para multiplicar o crescimento urbano; 4) redução da defasagem tecnológica, mediante acordos com empresas transnacionais

uma correção sobre os efeitos mais perversos das políticas neoliberais da década anterior, que resgata o papel do Estado como agente econômico ativo, fomentando a atividade de pequenos produtores e promovendo a inclusão social dos setores mais pobres mediante políticas sociais. Veremos mais adiante como isso na verdade não resultou em mudança no padrão primário-exportador.

A grande especificidade boliviana reside no fato de que o MAS não chegou ao poder em um contexto político “normal” ou pacífico, e sim em meio a uma crise generalizada de legitimidade do Estado, como resultado das grandes mobilizações de massas das “guerras” da água e do gás. A destruição das bases sociais do antigo Estado neoliberal possibilitou a ascensão de um novo bloco histórico, capitaneado pelo setor camponês cocaleiro, com um projeto histórico de “refundação” do Estado (não sua destruição) e de revolução democrática que permitisse a ascensão de setores indígenas via sua inclusão política. Para isso, a nova orientação econômica que Morales e seu partido imprimirão ao Estado terá como objetivo a promoção política e econômica desses setores. Entretanto, como veremos, sua política privilegiará os setores indígenas ligados à economia de mercado e à acumulação de capital, o que logo os colocará em choque, por exemplo, com outros setores dos movimentos sociais, tais como a CIDOB (Confederación de Pueblos Indígenas del Oriente Boliviano) e CONAMAQ (Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyo), que se sentirão prejudicadas com o avanço das políticas neodesenvolvimentistas e extrativistas do MAS.

O primeiro passo para essa mudança de rumo da política econômica foi a apropriação, pelo Estado, de uma parcela maior do excedente econômico, gerado pelo setor de recursos naturais. Nesse sentido, a nacionalização branca do gás de maio de 2006 foi tanto uma exigência da base dos movimentos sociais quanto uma necessidade e um pré-requisito para a viabilização da revolução “democrático-cultural” do MAS e da refundação do Estado boliviano. No entanto, dada a elevada composição orgânica de capital exigida para sua exploração, o PND de 2006 já deixava claro que o investimento no setor deveria

para conseguir transferência de conhecimentos; 5) imitar o avanço exportador do Sudeste Asiático, visto como modelo de sucesso de industrialização recente.

continuar a vir principalmente do capital estrangeiro, com o Estado aportando apenas uma pequena parte de seu financiamento:

O investimento estrangeiro direto bruto (incluídos os montantes de desinvestimento) passará de 0,8% do PIB em 2006 para 8,6% em 2011. O IED bruto recebido aumentará de 3,9% do PIB em 2006 para 10,6% em 2011. Os projetos principais encontram-se concentrados na mineração, industrialização e hidrocarbonetos (petroquímica e GTL) e termoelétricas (BOLÍVIA: 2006, p. 214, tradução nossa).

Por isso, entende-se o cuidado que Evo e o governo boliviano tiveram de não provocar uma fuga de capitais com a “nacionalização” de 2006, e que sua ação tenha se concentrado na estatal Petrobrás: era mais fácil solucionar a questão negociando diretamente com o governo brasileiro, que também possuía suas razões de ordem econômica e geopolítica para não querer uma ruptura maior. Outras multinacionais petrolíferas, como a espanhola Repsol, não tiveram suas instalações tomadas e puderam continuar operando normalmente no país. Portanto, é legítimo afirmar que o programa econômico do evismo caracteriza-se pela não ruptura com o padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva que vem tomando forma na América do Sul desde a década de 1990.

A definição de padrão de reprodução do capital pode ser resumida como “a condensação de um conjunto de regularidades do movimento do capital no tempo histórico e em espaços geoterritoriais definidos, no contexto da economia e do sistema político mundiais e como nível de abstração intermediário entre as formações sociais e o sistema mundial”¹² (Ferreira & Luce, 2012, p. 17). Ou, nas palavras de Osório:

A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na

¹² Na teoria marxista, podemos encontrar os seguintes níveis de abstração, seguindo do mais geral para o mais concreto: modo de produção, modo de produção capitalista, sistema mundial, padrão de reprodução do capital, formação social e conjuntura.

SIQUEIRA, D. P. O evismo doze anos depois
passagem pelas esferas da produção e da circulação
(como dinheiro, meios de produção, força de trabalho,
novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o
processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro
investido) e sua encarnação em valores de uso específico
(calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como
as contradições que esses processos geram (Op. Cit., p. 40-
41, grifos do autor).

A utilização da categoria de padrão de reprodução apresenta-se como um instrumento epistemológico essencial para entender o movimento do capital em sua processualidade, ao tornar possível restabelecer a unidade entre a lógica do capital em um determinado momento histórico e sua influência sobre a ação política das classes e de suas representações.

A partir dessa categoria de análise, é possível conciliar em um estudo a dinâmica das relações societárias, a produção e circulação do capital sendo a principal atividade unificadora de tais relações, e sua interação com o Estado como a principal condensação das relações de poder existentes em uma formação social, o que permite uma compreensão mais rica do que os estudos que isolam a política da economia, ignorando sua processualidade e influências mútuas. Assim, um estudo que articule política e economia permite restaurar a *totalidade* do processo histórico.

Osório¹³ apresenta a proposta de que a América Latina, a partir dos anos 1990, desenvolve um novo padrão de reprodução. Abandonando o antigo padrão industrial que predominou dos anos 1940 a 1970, a região se insere na nova fase do capitalismo mundializado com um padrão exportador de especialização produtiva. Mantendo semelhanças com o antigo padrão exportador agromineiro do século 19, ele, no entanto, apresenta também diferenças substanciais. As atividades exportadoras, nesse novo padrão, exibem um elevado grau de inovação tecnológica, em muitos casos concentrando os avanços em seu setor. Além do mais, essas atividades constituem-se como segmentos de grandes cadeias produtivas globais, sob a direção de empresas transnacionais.

Apesar da presença do Estado em algumas atividades (como na

¹³ Reproduzido na íntegra em Ferreira & Luce (2012).

mineração, petróleo/gás e energia elétrica), o setor dinâmico desse novo padrão de especialização produtiva encontra-se majoritariamente nas mãos do setor privado, onde o investimento estrangeiro e o capital financeiro ocupam um papel de destaque. Relevância cada vez maior, econômica e política, terá o setor do agronegócio. A partir daí, cria-se uma rede de interesses entre grandes fazendeiros, corretores das bolsas e grandes empresas multinacionais, geradores de um fluxo de capital cuja realização novamente não depende mais do mercado interno, e sim do mercado mundial. Assim, esse é um padrão que reproduz as características da dependência em suas consequências mais perversas para a maioria da população, já que seu dinamismo e competitividade relacionam-se estreitamente à precarização das condições de vida e trabalho e a uma exploração mais intensa dos recursos naturais.

Em nossa hipótese, o evismo representa a emergência de um bloco histórico que não pretende romper com esse padrão de reprodução primário-exportador, mas sim administrá-lo e reforçá-lo como instrumento para construir sua hegemonia política dentro da formação nacional boliviana. Desse fato deriva o respeito aos contratos internacionais e ao investimento estrangeiro como parceiro para o desenvolvimento econômico da Bolívia. Por isso, é sintomática a frase pronunciada por Morales quando do decreto de nacionalização e que repetiu em diversos momentos depois disso: “Queremos sócios, não patrões”¹⁴. Frase essa que muito agrada a sua base social, que enxerga nela uma afirmação de soberania em flagrante contraste com os governos neoliberais anteriores, em geral servis frente às exigências do grande capital financeiro. Mas ela também expressa a disposição de se chegar a um *modus operandi* com esse mesmo capital financeiro estrangeiro, desde que os interesses do bloco de poder capitaneado por ele também fossem atendidos. Desde esse ponto de vista, pode-se perceber aqui a intenção por parte do MAS e de Evo de se chegar a uma conciliação com o capital estrangeiro e a oligarquia agroexportadora, visível, por exemplo, na preocupação do PND de manter intactas as bases da estabilidade macroeconômica, como bem aponta Aillón:

¹⁴ <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bolivia-necessita-de-socios-e-nao-de-patroes-diz-morales,20060915p38476>. Consultado em 18/10/17.

Os instrumentos da política econômica continuarão orientando-se à restrição da demanda agregada e ao fomento das exportações: à busca de uma inflação baixa e com uma flutuação mínima de preços para manter a “competitividade do setor externo” (...); a manutenção da independência do Banco Central (...), que define uma política monetária restritiva “de acordo com as projeções de demanda de dinheiro e o objetivo de estabilidade dos preços” (...); a manutenção da superintendência de Bancos que promove e regulamenta a busca de lucros para o setor financeiro; a manutenção de uma política cambial que beneficia o setor exportador e contribui para a depressão da capacidade aquisitiva do salário. Se a isso somarmos os irrisórios aumentos salariais propiciados pela atual administração, é factível concluir que o governo preserva substancialmente o neoliberalismo (AILLÓN: 2006, p. 35, tradução nossa).

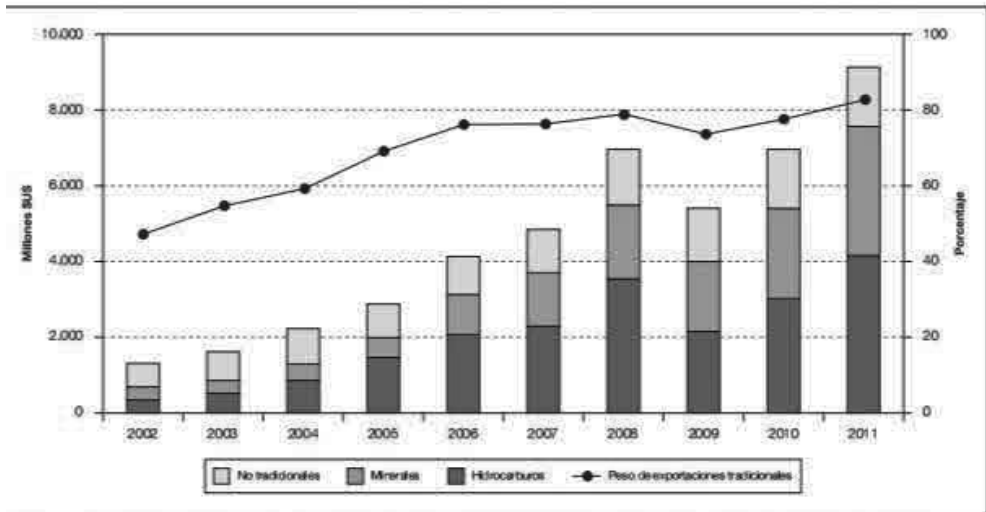
Como foi dito, o eixo da estratégia evista dá-se em torno do protagonismo do Estado como agente econômico e redistribuidor de recursos. O objetivo do plano de diversificar a matriz produtiva, orientar investimentos para os pequenos produtores e fomentar a industrialização das atividades de hidrocarbonetos, no entanto, não nega o investimento estrangeiro, antes deseja encadeá-lo com a pequena e média produção, buscando aumentar e diversificar a pauta exportadora e conectando assim os pequenos produtores com o mercado mundial. Assim, o padrão de reprodução capitalista primário-exportador é mantido, o que se busca antes é aumentar sua base de legitimidade. Ainda é Aillón quem conclui:

A aposta masista é precisamente mudar a perspectiva das classes oprimidas do país: fazer com que mais camponeses-indígenas, mais artesãos, mais mineiros cooperativistas, vejam as exportações de seus produtos e o investimento estrangeiro como uma oportunidade para fazer negócios; este é o paradigma da nova matriz produtiva e do capitalismo andino (AILLÓN: 2006, p. 38, tradução nossa).

O gráfico abaixo mostra a evolução das principais exportações bolivianas. Salta a vista o enorme incremento que houve nas exportações de hidrocarbonetos e minérios. De mais ou menos US\$ 2 bilhões em 2005, as duas

juntas alcançaram quase US\$ 8 bilhões em 2011, significando uma soma enorme de recursos que o Estado passa a controlar e lhe permite satisfazer demandas de diversos setores populares.

*Gráfico 1:
Evolução da Composição das Exportações (2002-2011)*



Fonte: Tassi (org.), 2013, p. 52.

Essa orientação da política econômica, com sua opção extrativista e rentista, nos fornece pistas importantes para uma análise concreta sobre o caráter de classe do bloco histórico evista e das verdadeiras perspectivas para seu governo. Alguns autores, sem essa análise concreta, acabam caindo em uma posição de pura apologia acrítica a todos os atos do evismo, fechando os olhos para suas contradições e tomando seu discurso como a realidade. Por exemplo, Arkonada e Klachko, em recente livro sobre os governos progressistas na América Latina (2017), fazem a seguinte apreciação do evismo:

Nesse sentido, interpretamos que o MAS e o governo de Evo Morales conduzem uma força político-social (aliança de frações de diferentes classes sociais com um núcleo duro formado pelo movimento indígena originário camponês) que representa um projeto de importantes reformas sociais, políticas e culturais. Mesmo propondo um desenvolvimento

SIQUEIRA, D. P. O evismo doze anos depois ainda nos marcos do sistema capitalista e, portanto, favorecendo certa acumulação de capital em certos setores, se sustenta em um amplo processo de democratização econômica, política e cultural, com elementos de socialismo e propondo, além disso, a construção do socialismo (concretamente Socialismo Comunitário para o Bem Viver), segundo a própria tese política do MAS-IPSP e alguns dos discursos do vice-presidente Álvaro García Linera (ARKONADA & KLACHKO: 2017, p. 161).

Em contradição com esse quadro idílico, o próprio García Linera, em outro discurso, num rasgo de sinceridade realmente admirável, deixa claro qual é o verdadeiro núcleo duro do bloco evista, e que não é o movimento indígena originário camponês (que se verá cada vez mais marginalizado, pelo menos seus setores que não aceitam a tutela estatal):

Exigiria outra reflexão sobre uma sociologia do Estado para ver como está a composição interna das forças sociais no interior dos órgãos de decisão, mas ao menos está claro, pode-se vê-lo cotidianamente pelas iniciativas, que no atual núcleo estatal, houve uma substituição de lideranças que levaram adiante uma modificação dos horizontes do Estado. Estamos falando de uma interessante aliança entre a intelectualidade da classe média boliviana, ao menos uma parte dela, com os setores urbanos e rurais pequeno-produtivos. No núcleo criador de políticas do Estado, deu-se essa espécie de fusão ou articulação classista do bloco dirigente da sociedade. Embora também estejam presentes outros setores sociais, laborais, empresariais, no interior do Estado, o núcleo dirigente, “o hegemón”, digamos assim, articulador do resto das frações sociais, se localiza nesta aliança entre núcleos da classe média intelectual com núcleos dos pequenos produtores urbanos rurais mercantilizados e semimercantilizados (LINERA: 2009, p. 13, tradução e grifos nossos).

Veremos adiante como toda orientação da política econômica do Estado boliviano dirigiu-se à satisfação dos interesses materiais desse núcleo duro. Dentro desse esquema, as referências ao socialismo comunitário e ao Bom Viver tornaram-se apenas figuras retóricas e de uma perspectiva distante, sem ligação com os atos concretos cotidianos. Longe de favorecer apenas “certa

acumulação de capital em certos setores”, e ampla democratização da política e da economia, como pensam ingenuamente (ou nem tanto) seus admiradores no exterior, o evismo vem se delineando como uma estratégia de fortalecimento do Estado (inclusive de seu aparato repressivo) em benefício de setores da pequena burguesia de origem indígena em aliança com a burguesia agroindustrial e o grande capital estrangeiro.

A perspectiva de capitalismo andino deu seus frutos alguns anos mais tarde, com o surgimento de uma nova “classe média indígena”, prioritariamente comercial e ligada aos mercados externos. Para demonstrar isso, faremos uma análise das políticas agrária e industrial do MAS, mas antes vale mencionar o episódio que marcou a ruptura decisiva do de vários movimentos sociais importantes com o governo, e como o MAS reagiu a esse desafio.

TIPNIS e repressão aos movimentos sociais

A ênfase que o governo passa a adotar no desenvolvimento econômico, centrado nas atividades extrativistas, encontra sua primeira grande resistência na controvérsia do TIPNIS (Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Secure), localizado entre os departamentos de Beni e Cochabamba. Lar de três etnias originárias, nos últimos anos o parque também tem sido ocupado por famílias de camponeses de outras etnias, principalmente da região do Chapare, que se dedicam em sua maioria ao cultivo de folhas de coca. O governo boliviano iniciou os planos de construção de uma rodovia, a carretera Vila Tunari-San Ignacio de Moxos, cujo desenho original estava planejado para passar no meio do parque. Os interesses envolvidos na construção dessa estrada são diversos: além da necessidade legítima dos moradores locais de uma via mais curta que ligasse essa região ao resto do país, também há o dos colonizadores cocaleiros e de empresários, que esperam a construção de uma via de acesso mais rápida aos centros dinâmicos da economia, além de empresas transnacionais, que realizam operações de prospecção na área do parque e, com a estrada, teriam facilitado seu acesso às jazidas de gás e petróleo.

Por outro lado, povos originários habitantes do parque se opuseram aos

SIQUEIRA, D. P. O evismo doze anos depois planos de construção da estrada, julgando que ela representaria uma ameaça à manutenção do seu estilo de vida tradicional e à posse comunitária da terra, mas também ao ecossistema local. O governo, inicialmente, recusou-se a levar em consideração as objeções das organizações locais, representadas pela CIDOB, que organizou uma marcha em setembro de 2011 com o objetivo de chegar à capital La Paz. Após serem detidos por um bloqueio policial em uma aldeia perto da cidade de Moxos, os indígenas foram violentamente dispersados, resultando em vários feridos. A repressão a uma marcha indígena, realizada por um governo com um indígena na presidência, despertou uma indignação geral em vários setores do movimento social, e causou até mesmo uma pequena crise ministerial: a então ministra da defesa renunciou ao cargo em protesto, e o Ministro e vice-Ministro do Interior foram obrigados a pedir demissão, responsabilizados pelo episódio.

A COB chamou um dia de greve geral e o governo, intimidado, a princípio aceitou negociar com os representantes da marcha. Não obstante, ao longo do debate sobre a necessidade da estrada, o governo e diversos de seus porta-vozes tentaram desqualificar o movimento contra a construção da estrada, sugerindo que por trás dele estavam ONGs financiadas por países da Europa e Estados Unidos. Garcia Linera, que se constituiu como o principal articulador político do governo e seu ideólogo, chegou a escrever dois livros para defender a posição oficial: *Geopolítica de la Amazônia* e *El “oenegismo”, enfermedad infantil del derechismo*.

A partir desses escritos do vice-presidente ideólogo, o discurso oficial que se construiu em torno dessa e de outras controvérsias que opunham movimentos sociais e povos originários aos planos governamentais é a de que os primeiros estariam sendo instrumentalizados por ongs estrangeiras ou elementos da oligarquia derrotada para criarem obstáculos ao processo de mudanças ou até mesmo facilitar uma possível restauração neoliberal. Em outras palavras, o evismo lança mão de uma política de deslegitimação dos movimentos sociais, o que abre justificativas para sua posterior repressão.

Em 2012, o governo realizou uma consulta às comunidades do TIPNIS, cujo resultado oficial foi de 80% de aprovação para a construção da estrada.

Contudo, um informe da Igreja Católica, realizado junto com a Assembleia Permanente de Direitos Humanos na Bolívia em abril de 2013, acusou que a consulta “não foi livre nem de boa fé, além do mais não se ajustou aos padrões de consulta prévia e foi realizada com prebendas” (SVAMPA: 2017, p. 72, tradução nossa). A controvérsia continuou, e o governo passou a adotar uma postura mais intransigente com os movimentos opositores.

Em dezembro de 2013, houve a tomada da sede da Conamaq por dissidentes apoiadores do MAS: espancaram quem se encontrava no edifício e os expulsaram, com apoio tácito da polícia, que resguardou o prédio. No ano anterior, a CIDOB também havia testemunhado uma divisão em suas fileiras, quando um grupo de militantes desconheceu os dirigentes reconhecidos e convocaram uma “comissão ampliada” para eleger novos. Dirigentes de ambas as organizações acusam o governo de promover um golpe em suas autonomias, para assim dispersar a oposição dos movimentos aos projetos de construção de estradas e exploração de reservas naturais. Em diversas ocasiões, o governo também tem mobilizado setores apoiadores, entre cocaleiros e cooperativistas mineiros, para realizar contramarchas de apoio a seus planos. O jornalista Raul Zibechi assim descreve o modus operandi do evismo no trato aos protestos sociais: “A particularidade do governo de Evo Morales, está claro, consiste em enfrentar e dividir as organizações populares, mobilizando as afins para atacar as que discordam de suas políticas” (MACHADO E ZIBECHI: 2016, p. 149-150).

Política agrária do evismo: conciliação com o grande agronegócio

A reforma agrária foi um dos pontos de atrito entre a oposição autonomista e o MAS no processo da Assembleia Constituinte. Isso, somado ao caráter pequeno-burguês do núcleo duro do partido governante, determinou que a resolução dessa questão seguisse a mesma lógica de “pacto democrático”

SIQUEIRA, D. P. O evismo doze anos depois entre as principais forças, garantindo a preservação do latifúndio (mediante a ambiguidade na definição de critérios para classificação de terras produtivas). A reforma agrária do MAS seguiu a mesma lógica da praticada pelo governo do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) na década de 1950: preservação da grande propriedade agrária (especialmente a vinculada ao setor exportador da economia) e parcelamento de pequenos lotes de terra para diminuir a pressão do movimento popular:

O que configura uma reforma agrária do tipo branda e reformista: a distribuição quantitativa de pequenas parcelas na periferia da fronteira agrícola (terras improdutivas e de difícil acesso aos mercados agrícolas) com outorga de empréstimos governamentais de cunho leve aos pequenos produtores. Trata-se de uma nova modalidade de reforma agrária com expansão de minifúndios e proteção velada do grande latifúndio no leste do país, e que serve como instrumento de concessão econômico-social para o camponês e indígena com o fim de obter lealdade política ao regime vigente e ampliar sua base social de apoio, como se dera na primeira reforma agrária de 1953, consolidando-se tal prática ao longo dos anos 1950, 1960 e 1970 durante os governos do MNR e os governos militares. O que, a nosso ver, reforçaria a outra face do padrão econômico boliviano, predominante ao longo do século XX: o agrário-camponês. A outra face desse padrão é o mineiro-extrativo (GIL: 2008, p. 183).

Concluído o processo constituinte, observa-se uma lenta reaproximação entre o partido dirigente e representantes da burguesia agroindustrial (como a Câmara Agropecuária do Oriente – CAO), visando a conclusão do “pacto democrático” propugnado pelo MAS, que enxerga na burguesia agrária do Oriente um parceiro essencial a seu projeto de desenvolvimento capitalista periférico. Se, durante o processo constituinte, e coincidindo com uma crise de desabastecimento de produtos básicos no mercado interno, o governo lançou mão de uma política *ad hoc* de suspensão temporária de exportações agropecuárias e agroindustriais (o que foi também um instrumento de pressão para obrigar a burguesia agroindustrial a sentar na mesa de negociações), após a eleição do segundo mandato de Evo Morales, a política econômica posta em

marcha pelo Estado colocará em primeiro plano a necessidade de um incremento das exportações agrícolas e minerais, coincidindo com o boom por produtos primários puxado pelo crescimento da economia chinesa (em especial cana de açúcar, soja, milho e sorgo). Isso criará o terreno para a reconciliação entre o partido indígena e burguesia agroindustrial. Como exemplo dessa aproximação, basta ver a Lei Nº 337, de janeiro de 2013, apelidada pelos movimentos sociais de Lei do “perdonazo” (SVAMPA: 2017, p. 151).

Oficialmente, o objetivo dessa lei (chamada de “Apoio à Produção de Alimentos e Restituição de Bosques”) seria incentivar a produção de alimentos para garantir a segurança e soberania alimentares, assim como recuperar os bosques desmatados ilegalmente mediante um programa de reflorestamento. No entanto, seus críticos acusam que ela legitima os desmatamentos ilegais de terras florestais para fins agropecuários realizados entre 1996 e 2011, em contradição com os dispositivos da própria Constituição Política do Estado e da Lei de Recondição Comunitária da Reforma Agrária, aprovada pouco antes. Com ela, donos de terrenos onde houve desmatamento podem regularizar a propriedade destes, sem temer uma possível desapropriação por descumprimento das normas ambientais.

Segundo dados da ANAPO (Associação Nacional de Produtores de Oleaginosas), a superfície desmatada sem autorização chega a 4,3 milhões de hectares, distribuídas do seguinte modo: 1,4 milhão no Departamento de Santa Cruz, 1 milhão no de Beni, 1 milhão em Chuquisaca, 496.000 a Tarija, 277.000 a La Paz e 125.000 a Cochabamba. Porém, outros dados recolhidos pelo Ministério de Desarrollo Rural y Tierras indica que existem 5,5 milhões de hectares de desmates ilegais, dos quais 38% respondem a criadores de gado, 28% a agroindustriais, 17% a colonizadores estrangeiros, 12% a camponeses e 5% a povos indígenas (ORMACHEA & RAMIREZ: 2013, p. 21-22).

Com a nova lei, afasta-se o espectro de desapropriação dessas terras por incumprimento da legislação ambiental, o que, pelos dados acima, beneficia principalmente o setor agroexportador baseado nos departamentos do Oriente. A intenção de incrementar a exportação agrícola por parte dessa lei também fica claro com a seguinte declaração de Garcia Linera, de que sua aprovação ocorre

em:

Um bom momento para relançar a produção agropecuária na Bolívia, há estabilidade econômica e política, há dinheiro nos bancos, há mercado, se está melhorando as vias de transporte, há regras claras, não há insegurança jurídica a respeito da propriedade, não há risco de sanções ou desapropriações, com o que, se agora há 3,5 milhões de hectares cultivados, (...) o que se pode habilitar agora com esta Lei e este decreto são outros 4 milhões de hectares” (In: ORMACHEA & RAMIREZ: 2013, p. 23).

Em outras palavras, ao contrário de diversos pronunciamentos de figuras oficiais e do próprio Garcia Linera, a principal intenção do governo não é tanto garantir a produção de alimentos básicos para a população, mas sim criar um ambiente jurídico e político estável que propicie o crescimento do setor exportador capitalista. Outras conquistas da burguesia agroindustrial, concertadas no Encontro Plurinacional de Cochabamba (ORMACHEA & RAMIREZ: 2013, p. 14), envolvem a ampliação do tempo de verificação de cumprimento da Função Econômica Social (FES) da terra para cinco anos (ao invés dos dois fixados anteriormente na Lei Agrária), a abertura para a utilização de sementes transgênicas, prevista no artigo 409 da Nova Constituição, mas restringida pela Lei nº 300, denominada “Ley Marco de la Madre Tierra y desarrollo integral para Vivir Bien” (que é de especial interesse para os produtores de soja: em 2013, entre 85% e 90% da superfície de soja plantada na Bolívia era transgênica)¹⁵; e generosas concessões na forma de empréstimos e compras governamentais dos excedentes acima do preço de mercado (como no caso do açúcar: em 2013 o governo anunciou a compra de 60 mil toneladas de açúcar por 569 dólares americanos por tonelada, 75 dólares acima do preço

¹⁵ A esse respeito, Ormachea & Ramirez contam um episódio significativo da aproximação entre MAS e burguesia agroexportadora: Em novembro de 2012, em um evento onde estava presente o presidente da ANAPO, Demetrio Pérez, Evo Morales o tranquilizou, dizendo: “*creio que na Ley de la Madre Tierra de contrabando meteram alguns termos, alguns parágrafos, assim entendo. É claro que isso precisa ser revisto para garantir alimento para o povo boliviano (...) Companheiro Demetrio, comunique a seu setor produtivo que é claro que é importante cuidar dos direitos da Mãe Terra, mas por cima disso é importante garantir alimento para o povo*” (In: ORMACHEA & RAMIREZ: 2013, p. 29-30, tradução nossa).

internacional desse produto, para exportá-las para a Venezuela. Esse é apenas um exemplo entre tantos)¹⁶.

O esforço do MAS em se aproximar da burguesia agroindustrial do leste do país, preservando a grande propriedade latifundiária e oferecendo-lhe boas oportunidades de negócios, deu seus frutos, como pode ser visto na tabela abaixo, que mostra a evolução da produção agropecuária:

*Tabela 1:
Bolívia: Evolução de exportações de produtos agropecuários e agroindustriais segundo períodos (2003-2007 / 2008-2012)*

Produtos	Períodos			
	2003-2007		2008-2012	
	Toneladas métricas	Milhões de dólares	Toneladas métricas	Milhões de dólares
Agrícolas	97.983	19	118.602	35
Trigo e farinha de trigo	8.596	3	0	0
Milho e subprodutos do milho	69.355	11	108.143	30
Arroz	20.032	5	10.459	5
Pecuários	2.901	6	755	3
Animais vivos da espécie bovina	151	0	0	0
Carne de rês	2.750	6	755	3
Agroindústrias	7.803.049	2.058	8.505.976	3.952
Açúcar e cana de açúcar	197.904	57	748.891	196
Soja e seus derivados	7.272.089	1.888	6.736.272	3.161
Girassóis e seus derivados	310.869	109	986.531	588
Sorgo	22.187	4	34.282	7
Outras gorduras e azeites vegetais	35.540	30	46.879	66
Total	7.939.473	2.113	8.672.212	4.056

Fonte: Ormachea & Ramirez: 2013, p. 37.

Após a pretensa reforma agrária, a estrutura real do setor agrário aponta para uma continuidade do padrão de grande propriedade que historicamente tem sido um dos pilares do capitalismo boliviano. Segundo dados do CEDLA, atualmente as médias e grandes empresas agrícolas possuem 38 milhões de hectares, os camponeses 17 milhões, as TCO/TIOC ao redor de 22 milhões de

¹⁶ Todos os dados desse parágrafo foram retirados de Ormachea & Ramirez (2013).

Política Industrial

O Plan Nacional de Desarrollo, mencionado anteriormente, estabelece como pilares da economia boliviana os setores extrativos: a mineração e os hidrocarbonetos (petróleo e gás). Para gerar mais rendas para o Estado, prevê a industrialização dos principais recursos naturais renováveis e não renováveis do país, entendida essa como a geração de produtos com valor agregado, para assim elevar seu preço no mercado internacional e aumentar as exportações.

Apesar do Plano estipular um papel protagonista ao Estado, que deveria atuar ativamente em toda a cadeia produtiva em alianças estratégicas com o setor privado nacional e internacional, este tem se limitado apenas a atuar como definidor dos marcos jurídicos e criador de infraestrutura para a atuação desse capital privado, definindo-se antes como um Estado rentista e não como Estado produtor. Além disso, o MAS parece não considerar a industrialização uma necessidade urgente dentro do seu projeto estratégico de captação de ingressos fiscais mediante o controle da renda dos recursos naturais, pois apenas no final do primeiro mandato de Evo Morales é que se deu início a alguns de seus projetos e criação de empresas públicas. Estes, por sua vez, têm sido marcados por sucessivos atrasos em seu cronograma, resultado da falta de clareza quanto ao seu financiamento e abastecimento e de um plano claro e coerente.

A empresa YPFB (*Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos*), em seu Plan de Inversiones de 2009-2015 previa o incremento da capacidade de produção das refinarias já existentes, a construção de plantas de separação de Gás Liquefeito (GLP) em Rio Grande e Madrejones, a ampliação da capacidade de transporte e de exportação para a Argentina, a construção de um Complexo Petroquímico em Cochabamba. A este plano foram seguidos outros, em 2010, 2012 e 2013. Em todos estes planos não há uma previsão de onde sairiam os recursos: embora o gás tenha adquirido enorme importância como fonte de receitas fiscais, “as projeções do PI 2009-2015 previam um aumento da produção diária de gás natural de 49 milhões de metros cúbicos por dia para

76,5 milhões de metros cúbicos por dia entre 2009 e 2015, só previa destinar 9 milhões de metros cúbicos por dia para a industrialização até o ano 2015” (VARGAS: 2014, p. 23, tradução nossa). Como resultado, “de um total de 23 projetos considerados ‘de industrialização’ em vários ramos econômicos, só nove encontravam-se em operação em setembro de 2014” (Idem).

Segundo Vargas:

Nenhum dos planos de industrialização setorial propôs a produção de máquinas que produzem máquinas/equipamentos de produção (bens de capital). A maioria dos projetos previstos tem um caráter básico, no sentido de que se trata da transformação simples de matérias primas, o que ocorre tanto na mineração e na metalurgia, nos hidrocarbonetos com os processos de separação/extração de líquidos e na manufatura de alimentos. Portanto, os projetos não implicam encadeamento ou articulação intersetorial, contribuindo para consolidar a característica desarticulação da matriz produtiva nacional, e dependem de insumos e matérias primas importadas (petrocasas e tubulações de polietileno, fabricação de ácido sulfúrico, fabricação de materiais de lítio, fabricação de papel e montagem de computadores). No caso da manufatura, em especial, trata-se de projetos de pequena escala produtiva e limitados pela dinâmica e capacidade dos pequenos produtores em sua qualidade de provedores das comunidades locais como consumidoras (VARGAS: 2014, p. 81, tradução nossa).

Em resumo, os diversos planos de industrialização do MAS não ambicionam romper com o padrão de especialização produtiva que ganha força na América Latina a partir do início dos anos 1990, mas possuem um caráter apenas complementar a esse padrão de reprodução do capital, visando unicamente aumentar as receitas fiscais oriundas das exportações dos produtos primários.

Mineração

Com as reformas neoliberais dos anos 1980, iniciou-se o declínio da grande mineração estatal e, com ela, do legendário proletariado mineiro boliviano, que desde a Revolução de 1952 havia ocupado um papel protagonista na política interna daquele país. Sua dispersão após o fechamento da COMIBOL, entre outras consequências, favoreceu o crescimento das cooperativas que, nas palavras de Francescone & Diaz, “são a outra metade do modelo neoliberal na mineração” (2013: p. 32). Por muitos anos ocupando apenas um papel residual (com as minas mais promissoras nas mãos da grande mineração privada, em geral de origem estrangeira), elas não obstante empregam a grande maioria da mão de obra do setor: antes das grandes privatizações, ocupavam apenas vinte mil trabalhadores, mas no final da década de 1980 já contavam com 40 mil, e em 2013 já empregavam de forma direta cerca de 120 mil pessoas, dos quais cerca de 40% e 50% são subcontratados, ou seja, não são membros plenos das cooperativas.

Com a chegada ao governo do MAS, e aproveitando a alta do preço das commodities, as cooperativas mineiras experimentaram uma ascensão sem precedentes: passaram de 447 registradas em 2008 para 1400 em 2013. As exportações mineiras do país passaram de 500 milhões em 2006 para mais de 3 bilhões em 2013, com o setor cooperativo abarcando 30% desse total. Além disso, as cooperativas obtiveram mais da metade dos contratos firmados desde 2008 e 43% da superfície total outorgada pelo Estado.

No entanto, há uma grande diferenciação tanto entre as várias cooperativas quanto dentro delas mesmas, evidenciando um processo acentuado de concentração de capital. Mais de 80% delas têm apenas entre 10 e 50 sócios, apenas 2% possuem mais de 200 sócios (e apenas dez possuem mais de trezentos sócios) e somente 12 cooperativas concentram cerca de 74% da produção do setor. Os rendimentos entre os sócios também são muito desiguais, podendo variar de 1.500 bolivianos a até 60 mil bolivianos. Existem sócios concentrados apenas nos órgãos de gestão e administração dessas cooperativas, que subcontratam trabalhadores e atuam com uma lógica empresarial “e em

alguns casos têm forjado alianças com investidores estrangeiros estabelecendo contratos de risco compartilhado” (MACHADO & ZIBECHI: 2016, p. 116-117, tradução nossa).

As facilidades obtidas pelas cooperativas nos últimos anos são explicadas pelo desejo do MAS de ter como aliado um setor produtivo próximo aos objetivos políticos e estratégicos do governo. Por seu papel econômico e o peso numérico de sua base social, são capazes de pressionar de forma decisiva as decisões oficiais, principalmente durante períodos eleitorais, quando o governo busca contar com seu apoio integral. Há uma forte representação mineira no governo e no parlamento: sua bancada parlamentar inclui três senadores e seis deputados, 8% da bancada do MAS. Além disso, há pelo menos dois cooperativistas no cargo de vice-ministros. Tudo isso tem se traduzido em uma série de leis e isenções fiscais que beneficiam em muito o setor: as cooperativas pagam menos impostos que o setor privado, possuem mais facilidades na comercialização de sua produção graças à criação da agência governamental Centro Integral de Comercialización de Minerales de las Cooperativas Mineras, além de um fundo de estabilização de preços e de diversas isenções na Lei do Meio Ambiente (Op. Cit., p. 120).

Essa influência foi comprovada com a promulgação da Lei de Mineração de 2014, definida pelo CEDLA (Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrário) como privatista, anti-indígena e antidemocrática. Segundo análise dessa instituição:

... a norma vulnera o setor produtivo agrário, já que considera que a mineração tem um caráter estratégico que faz com que os direitos mineiros “tenham primazia sobre a propriedade agrícola da terra” e outorga aos direitos mineiros a faculdade de recorrer à expropriação de proprietários agrícolas para garantir a atividade mineira, incluindo os direitos adquiridos em áreas que foram outorgadas aos povos indígenas como Terras Comunitárias de Origem ou Territórios Indígenas Originários Campesinos (CEDLA: 2014, p. 6, tradução nossa).

A nova legislação, além disso, garante proteção e segurança às empresas mineiras e seus investimentos ante ações como ocupações de suas

áreas e instalações por ações individuais e coletivas. Em outras palavras, em casos de conflito entre empresas ou cooperativas mineiras e grupos camponeses e/ou indígenas, as disposições legais estão todas do lado dos primeiros, em detrimento dos direitos dos segundos¹⁷.

A prioridade extrativista que está no cerne do projeto político do MAS promoveu os interesses da mineração cooperativa de forma desmesurada, em conjunção com o alta no preço das commodities. No entanto, com o fim do boom e a mudança na situação econômica internacional, os recursos disponíveis anteriormente distribuídos pelo Estado começa a escassear, o que evidencia os limites dessa aliança. O assassinato do vice-ministro Rodolfo Illanes por cooperativistas em 2016 teve uma enorme repercussão internacional. O motivo por trás desse episódio está na violenta oposição à nova Lei das Cooperativas, que permitia a sindicalização dos subcontratados que, como vimos, podem constituir até metade da mão de obra do setor, e que foi aprovada pelo governo pouco antes. Isso indica que os cooperativistas sentem-se numa posição de força para exigir do governo concessões cada vez maiores e até mesmo partir para o enfrentamento, para força-lo a uma submissão.

Pequena burguesia indígena

O modelo econômico primário-exportador, junto com as benesses distribuídas pelo Estado rentista, deu origem a um período de prosperidade sem

¹⁷ E, na verdade, a postura favorável aos interesses da mineração privada é evidente no MAS muito antes da aprovação dessa lei. Em 2012, duas disputas mineiras chamaram atenção da mídia internacional. Na disputa pela posse da área onde localizava a mina de Malku Qhotta, departamento de Potosí, os representantes oficiais do governo, a princípio, tomaram partido da empresa multinacional canadense que explorava a área, uma Terra Comunitária de Origem (TCO), contra as exigências dos membros da comunidade local. Apenas depois de sérios enfrentamentos, que resultaram na morte de um indígena, o governo mudou de atitude e rescindiu o contrato com a empresa, passando a responsabilidade da exploração local para a empresa estatal COMIBOL. Em Colquiri, outra mina, o conflito ocorreu após a rescisão de contrato com a empresa que operava na região, e envolvia mineiros assalariados de uma multinacional e membros de cooperativas pela disputa de uma veia da mina. Após manifestações de rua e ameaças de violência, o governo mais uma vez entrevistou, nacionalizando a mina e assinando contratos com as cooperativas locais para futuras explorações. Para saber mais, ver: <https://www.revistaforum.com.br/digital/113/o-potencial-explosivo-da-mineracao-na-bolivia/>.

precedentes, que se reflete na enorme liquidez bancária e no fortalecimento de setores como o de construção e de importação de bens de consumo populares, e tem dado visibilidade ao fenômeno de ascensão de novas elites econômicas de origem popular e indígena, que se aproveitam dos interstícios da institucionalidade para promover seus negócios.

No livro *Hacer plata sin plata* (coordenado pelo pesquisador Nico Tassi) há uma análise desse setor das novas elites emergentes. Em sua grande maioria de origem aimará, dominam o comércio de bens importados em cidades como El Alto e La Paz. Operando no território ambíguo entre a informalidade e o reconhecimento legal, com amplos conhecimentos sobre suas áreas de atuação, possuindo uma grande rede de contatos, dotados de grande flexibilidade para satisfazer as exigências de seus clientes, tais comerciantes tem sabido se beneficiar da prosperidade econômica dos anos recentes para inclusive internacionalizar seus negócios. É cada vez mais comum que muitos desses comerciantes estabeleçam contato direto com fabricantes na China, viagem regularmente para aquele país e voltem carregados de grandes quantidades de produtos, que são distribuídos por uma ampla rede por todo o território nacional.

A prosperidade desse setor reflete-se, por exemplo, no fenômeno da construção de grandes mansões nos bairros populares de El Alto (os chamados “cholets”), que servem tanto como residência como sede de seus negócios. Sua influência, tanto econômica quanto política, tem sido reconhecida pelo governo e é ilustrada pelos autores da pesquisa no seguinte episódio:

O ex-embaixador boliviano na China, Fernando Rodríguez, foi assessorado durante sua investidura no país asiático por Justina Aguilar, uma “senhora de pollera” – o nome hoje politicamente correto para referir-se às cholas – originária da comunidade de Tiquina, às margens do lago Titicaca, que exporta lã de alpaca à China. Por meio da senhora Aguilar, o embaixador Rodríguez travou contato com os círculos financeiros chineses e de seus representantes políticos (TASSI ET AL., 2012, p. 99-100, tradução nossa).

A ascensão dessa nova camada da pequena burguesia comercial, com laços globalizados, também encontra paralelo com a ascensão de setores de

SIQUEIRA, D. P. O evismo doze anos depois transportadores, construção civil, cocaleiros e mineiros cooperativistas. Sua originalidade está em sua origem popular indígena: muitos se identificam como aimarás ou quéchuas, possuem orgulho de suas raízes indígenas, inclusive na ostentação de indumentária e na participação ativa em festas e celebrações comunitárias, e possuem identidade de interesses com os objetivos políticos do evismo¹⁸, que busca seu apoio eleitoral para se manter no poder.

Também, segundo estudiosos, essa nova camada pequeno-burguesa diferencia-se das antigas elites econômicas bolivianas por se tratar de “um tipo de empresários mais austeros e populares que não se exibem em Miami e vivem com modéstia, como os cooperativistas mineiros, comerciantes urbanos e produtores rurais que o Estado articula para garantir-se uma base social de apoio com poder econômico e produtivo (Machado & Zibechi: 2016, p. 2014, tradução nossa). Na mesma linha vai o vice-presidente Garcia Linera, quando constata:

Há a emergência de um novo tipo de empresariado de origem, digamos assim, mais popular, recente, dos últimos trinta anos, que emerge com outra mentalidade, mais austera, mais clássica no sentido weberiano do termo, mais poupadora, não exhibe seu dinheiro em gigantescas mansões nem vai a Miami a cada fim de semana, poupa e poupa, e segue comendo com a modéstia de quando surgiu da classe popular, vive no mesmo quartinho e na mesma vizinhança de vinte anos atrás, mas tem mais dinheiro que todos os outros juntos (LINERA: 2009, p. 108, tradução nossa).

Com isso, pode-se afirmar que o evismo está logrando construir um capitalismo de base popular na Bolívia, ao permitir a ascensão econômica de setores oriundos dos setores historicamente excluídos (os indígenas e mestiços urbanos), que são incentivados a internacionalizar suas atividades, operando em fluxos internacionais de comércio e, portanto, interessadas na

¹⁸ Embora isso não signifique alinhamento automático, como vimos no caso dos cooperativistas. Outro fato que também mostra que não há uma identificação total dessa nova burguesia de origem popular com os objetivos do bloco no poder é a derrota de Evo Morales no referendo de janeiro de 2016, que lhe permitiria candidatar-se indefinidamente. Apesar disso, Evo não desistiu de seu projeto de postular sua reeleição em 2019, e elabora alternativas para conseguir seu intento.

abertura comercial e em regras estatais que fortaleçam a mercantilização. No entanto, essa burguesia emergente ainda joga um papel intermediário (ainda que politicamente relevante) no bloco de forças sociais articulado pelo evismo, como deixa claro o seguinte trecho:

No contexto analisado, se pode afirmar que o capitalismo boliviano, o padrão de desenvolvimento, consiste em um padrão primário-exportador, agora controlado hegemonicamente pelo Estado, modelo de estatismo econômico, mas com uma adição: a intermediação comercial está nas mãos de uma variedade de burguesias cholas, burguesias emergentes, empresariados aimarás ou burguesias populares, todas de alma neoliberal (PIEB, Temas de Debate, nº 21, 2013, tradução nossa).

Considerações finais

A onda de rebeliões iniciada na Bolívia em 2000 com a Guerra da Água colocou em questão não apenas um governo ou um partido, mas toda a institucionalidade neoliberal criada com as reformas dos anos 1980. Também fez parte de um processo de lutas continentais contra os efeitos do neoliberalismo, quando surgiram diversos atores sociais ligados às demandas das mulheres, populações indígenas e outros setores que se organizavam em uma lógica comunitária. Sua postura anticapitalista, antiestatal e de rejeição à mercantilização de todos os aspectos da vida e dos recursos naturais refletia-se na formulação do discurso do Bem Viver, ou seja, a construção de um meio de vida pautado por outras lógicas que não a instrumental-racionalista, de cunho comunitário e que colocava a descolonização cultural e a harmonia com o meio ambiente como seus principais eixos.

A chegada ao poder do MAS e de Evo Morales também faz parte desse ciclo de lutas continentais, seguindo a tendência de eleição de partidos e figuras de esquerda em vários países. No entanto, todos esses governos, ao invés de uma ruptura radical com o modelo neoliberal anterior, optaram pelo aprofundamento do modelo econômico exportador de especialização produtiva. A necessidade de dar uma rápida resposta aos anseios de melhoria nos padrões de vida de seus

eleitores, aliada à expectativa de grandes ingressos, induziu esses governos a aderirem ao que Maristella Svampa chama de “Consenso das Commodities”: a aceitação da divisão internacional do trabalho que reservava à América do Sul o papel de fornecedora de matérias primas, e a aposta que a alta do preço dessas matérias primas, puxada pelo extraordinário crescimento da economia chinesa, significaria a chave para um período prolongado de crescimento e aumento do bem estar geral¹⁹.

Outro componente essencial do Consenso das Commodities é o fortalecimento do Estado como agente produtor e/ou regulador, que também oferece um conjunto de políticas sociais dirigidas aos setores mais vulneráveis e empobrecidos, “cuja base mesma é a renda extraordinária associada ao modelo extrativo-exportador” (SVAMPA: 2016, p. 56). Ao lado disso, há o fortalecimento extraordinário das frações das burguesias locais que controlam as atividades ligadas a esse boom, como o agronegócio e as grandes empresas de construção civil, em associação com esse mesmo Estado.

É precisamente na Bolívia que testemunhamos esse fortalecimento do poder estatal em um momento em que suas bases de legitimidade estavam totalmente solapadas pelo assédio dos movimentos sociais. Essa tarefa coube ao partido de camponeses cocaleiros MAS, herdeiro de uma longa tradição de ambiguidade do movimento camponês que, historicamente, associou-se ao Estado mesmo quando se enfrentava contra algumas de suas políticas. Em sua trajetória, o movimento cocaleiro mostrou uma inegável capacidade de articulação com outros setores das classes populares bolivianas, construindo-se assim como uma alternativa de poder aos desgastados partidos da era neoliberal.

No entanto, sua perspectiva política, evidenciada já na época da Assembleia Constituinte convocada para a “refundação” da Bolívia, apontava não para a superação radical do capitalismo dependente boliviano, como demandavam muitos movimentos sociais que o apoiavam naquele momento,

¹⁹ Como resultado disso, a América Latina tem testemunhado na última década um aumento exponencial da super-exploração de bens naturais, construção de grandes projetos de represas e vias de comunicação e das fronteiras agrícolas, que invadem territórios antes reservados para a preservação ambiental ou ocupados por povos originários, quilombolas e comunidades.

mas para uma pactuação com a antiga elite econômica para a construção de uma nova correlação de forças entre as classes sociais, onde essa reconhecesse a emergência de uma nova elite que tinha interesse no compartilhamento do poder.

Vencida a etapa da Assembleia Constituinte, assegurado o controle da renda obtida pelo setor de hidrocarbonetos e derrotada politicamente a oposição das oligarquias agroempresariais, o MAS passa a ter absoluta hegemonia para colocar em prática sua visão estratégica de construção de um capitalismo andino-amazônico, tal como teorizado e defendido por Linera. Seu programa econômico mantém e aprofunda os marcos da dependência ao configurar a existência de um Estado do tipo rentista, apoiado nas atividades extrativas. Ao lado disso, há aproximação com a antiga oligarquia agroexportadora, que obteve diversas vantagens para expandir sua fronteira agrícola. O MAS também logrou obter relações muito boas com os investidores estrangeiros e grandes empresas multinacionais, como visto na avaliação positiva da economia boliviana feita pelo FMI²⁰.

Para assegurar sua hegemonia, o MAS precisou por em prática diversos esquemas de cooptação dos movimentos sociais, entre eles a estatalização (incorporação dessas instituições ou de seus dirigentes a órgãos do governo, para assim diluir sua capacidade mobilizatória e envolvendo-os na lógica burocrática) ou a perseguição pura e simples aos que resistiam ao avanço das atividades extrativistas. A controvérsia em torno da construção da estrada do TIPNIS é emblemática dessa relação que o evismo estabelece com os movimentos sociais que entram em choque com seus objetivos políticos e econômicos.

No entanto, a grande originalidade do evismo, que o diferencia de outras experiências de governos “progressistas”, é seu esforço em promover a ascensão de novas elites econômicas de extração indígena e popular. Ao contrário do velho Estado neoliberal, que priorizava unicamente os interesses das oligarquias agroexportadoras aliadas ao capital estrangeiro, o governo evista busca ampliar suas bases sociais ao tentar “*mudar a perspectiva das classes oprimidas do*

²⁰https://www.clarin.com/economia/economia/FMI-elogia-Bolivia-advirtio-Argentina_0_BJtZDnJpQl.html. Acessado em 22/11/17.

país: fazer com que mais camponeses-indígenas, mais artesãos, mais mineiros cooperativistas, vejam as exportações de seus produtos e o investimento estrangeiro como uma oportunidade para fazer negócios” (AILLÓN: 2006, p. 39). Embora a existência dessas frações comerciais e cooperativistas não seja uma criação direta do MAS, precedendo-o em vários anos, é com o evismo que elas se veem politicamente empoderadas, seus representantes passando a ocupar postos decisivos nas instituições estatais, influenciando a formulação de políticas e leis.

O processo constituinte, ao se configurar como o marco de um novo pacto social e proclamar a descolonização do Estado, deu passos para a eliminação do violento racismo institucional que historicamente marginalizou os povos originários do processo de tomada de decisões a nível governamental. O reconhecimento da língua das principais etnias (quéchua e aimará) como línguas oficiais do país, a presença de parlamentares indígenas nas duas câmaras legislativas, junto com seus símbolos (como vestimentas e a bandeira Whipala) em todas as cerimônias oficiais são evidências do novo prestígio político e cultural dessas camadas pequeno-burguesas originárias, o que denota a construção de uma hegemonia com base em um processo de acumulação cujo principal eixo é o controle do aparato estatal.

Nesse sentido, é lícito dizer que o MAS está realizando uma das tarefas da revolução burguesa clássica, que é a unificação nacional em torno das relações de mercado, eliminando no processo os obstáculos pré-modernos a essa unificação (no caso em questão, a discriminação e racismo contras os povos indígenas) e construindo assim uma hegemonia político-cultural centrado na figura do indígena. Indígena já incorporado às relações mercantis e interessado na acumulação de capital, mas que mantém sua identidade original na língua e costumes e no orgulho de suas raízes e ancestralidade.

No entanto, essa revolução burguesa dá-se nos marcos de um capitalismo dependente de cunho extrativista sob a hegemonia neoliberal. O tipo de Estado que está sendo construído é do tipo rentista, e não há nos planos econômicos do governo a disposição de empreender um processo de industrialização que rompa

com a divisão internacional do trabalho. Muito pelo contrário, seus diversos projetos de construção grandes obras de fomento às atividades agroexportadoras inserem-se no marco do aprofundamento do padrão de reprodução exportador de especialização produtiva, reatualizando o mito “eldoradista”²¹ recorrente na história latino-americana.

Para garantir a manutenção de seu projeto e de sua supremacia política, o evismo também aponta para o fortalecimento do Estado e aumento da repressão aos movimentos sociais que não se coadunam com o avanço do extrativismo, que também envolve a desqualificação das lutas e a construção de um discurso nacionalista modernizante que criminaliza as mobilizações ambientais e comunitárias como expressões de um “ambientalismo colonial”, impulsionado por “ONGs” estrangeiras aliadas ao velho poder “patrimonial-latifundiário”, interessadas em manter o povo boliviano mergulhado na pobreza e na submissão pré-capitalista²².

Quando ameaçado por mobilizações de povos originários, como no TIPNIS, ou para mostrar que conta com apoio popular, o evismo mobiliza suas bases sociais encontradas entre essas camadas mercantilizadas da população: são cocaleiros, mineiros cooperativistas ou comerciantes urbanos que participam das grandes mobilizações chamadas pelo governo. Isso evidencia um fenômeno também encontrado em revoluções burguesas “clássicas”: uma progressiva diferenciação de interesses dentro do campo popular que anteriormente marchava junto contra o antigo poder oligárquico, na medida em que setores e frações de pequenos proprietários dentro desse campo têm suas demandas atendidas pelo novo poder que surge da mobilização revolucionária, enquanto o restante das classes populares torna-se alvo de novas tentativas de subalternização e desorganização por parte do Estado.

O evismo, por ser o resultado concreto da mobilização revolucionária que

²¹ Cunhado pela primeira vez por Zavaleta Mercado, tal mito está ligado ao histórico latino-americano de descobrimento súbito de um recurso ou bem material (como ouro ou prata) que aparece como que de forma “mágica” e que forma no imaginário coletivo a ideia de superabundância dos recursos naturais, praticamente inesgotáveis. Para mais informações, ver SVAMPA (2016, p. 65).

²² Mais uma vez, é Garcia Linera que estabelece os marcos ideológicos desse discurso em sua obra “Geopolítica de la Amazônia”.

marcou a Bolívia no início deste século e ter se constituído como representante de uma nova camada social em ascensão neste país, conta com uma base social de sustentação muito maior do que aquelas que contavam outros governos do ciclo “progressista” da América Latina e que têm sido derrubados e substituídos diante da radicalização conservadora das burguesias locais. Na Bolívia, as antigas oligarquias não possuem capacidade de se apoderarem do Estado central; por outro lado, há uma identidade de interesses entre elas e as camadas pequeno-burguesas que atualmente detêm a hegemonia política na manutenção do padrão exportador e extrativista da economia boliviana. Essa combinação de interesses permite ao grupo em torno de Evo sustentar a ambição de se perpetuar no poder por meio do projeto de reeleição indefinida do presidente. Independentemente do sucesso ou não desse intento, no momento em que escrevemos não há outra força política que consiga rivalizar com o MAS no terreno eleitoral.

A ascensão econômico-social de uma nova burguesia chola ou indígena parece ser um processo irreversível na Bolívia e que continuará no futuro. Isso permite supor que o surgimento de uma alternativa conservadora viável ao evismo só poderá surgir precisamente do meio dessas novas camadas burguesas em processo de acumulação.

Referências Bibliográficas

AILLÓN, Lorgio O. *El Gobierno del MAS no es nacionalista ni revolucionario*. La Paz: Cedla, 2006.

ALBÓ, Xavier. *Tendências clave para el tercer gobierno del MAS, Bolivia 2015-2019*. Revista de Estudios Bolivianos, V. 21, 2015.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A revolução boliviana*. São Paulo: UNESP, 2007.

ARKONADA, K. & KLACHKO, P. *As lutas populares na América Latina e os governos progressistas*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

BOLÍVIA. *Plan Nacional de Desarrollo 2006-2010*. La Paz: Ministerio de Planificación del Desarrollo, 2006.

CEDLA. “Ley Minera del MAS. Privatista y antiindígena”. In: Boletín de Seguimiento a Políticas Públicas N° 28.

CUNHA FILHO, Clayton M. *A construção do Estado plurinacional na Bolívia como tentativa de institucionalizar o abigarrado*. Revista de Estudios Bolivianos, v. 20, 2014.

FERREIRA, Carla & LUCE, Mathias (org.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.

FRANCESONE, Kirsten & DIAZ, Vladimir. *Cooperativas mineras. Entre sócios, patrones y peones*. In: Petropress, Cochabamba: CEDIB N° 30, enero-febrero p. 32-41, 2009.

GIL, Aldo Durán. Análise marxista do processo político boliviano pós-2005. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/analise-marxista-do-processo-politico-boliviano-pos-2005.pdf. Acessado em 10/06/2016.

_____. *Bolívia: duas revoluções nacionalistas?* Perspectivas, São Paulo, V. 33, p. 157-189, jan/jun 2008.

_____. *Entre la soberanía y la dependencia: la política externa boliviana bajo el gobierno de Evo Morales*. VI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Quito, 12-14 de junho de 2012.

HUARIN, Lucila Choque. *Mirando desde adentro al gobierno del MAS*. El Alto: Revista Willka, Año 6, n° 6, 2013.

KATZ, Claudio. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

LINERA, Alvaro Garcia. *El evismo: lo nacional-popular en acción*. OSAL, año VII, N° 19, 2006.

_____. *El papel del Estado en el Modelo Nacional Productivo*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional. Discursos & Ponencias N° 6, 2009.

_____. *A Potência Plebeia*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Las tensiones creativas de La revolucion*. La Paz: Vicepresidencia de Estado, 2011.

_____. *Geopolítica de la Amazônia*. La Paz: Vicepresidencia de Estado, 2012.

MACHADO, Decio & ZIBECCHI, Raúl. *Cambiar el mundo desde arriba: Los limites del progresismo*. La Paz: Cedla, 2016.

MERCADO, René Zavaleta; TAPIA, Luis (org.). *La autodeterminación de las masas*. Bogota: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009.

ORMACHEA S., Enrique & RAMIREZ F., Nilton. *Políticas agrárias del gobierno del MAS o la agenda del “poder empresarial-hacendal”*. La Paz: CEDLA, 2013.

ORNELAS, Raúl. *La guerra del gas: cuarenta y cinco dias de resistência y un triunfo popular*. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/chiapas/chiapas16/Ch16ornela.pdf>.

PAZ, Sarela. *La marcha indígena del “TIPNIS” en Bolivia y su relación con los modelos extractivos de América del Sur*. Disponível em <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/453>.

PEÑARANDA, Raúl. *Crónica del proceso constituyente*. In: Carlos Romero et al., *Del conflicto al diálogo. Memórias del acuerdo constitucional*, FBDM, FES-ILDIS, pp. 107-202.

SVAMPA, Maristella. *Del cambio de época al fin de ciclo*. Buenos Aires: Edhasa, 2017.

TASSI, Nico (org). “Hacer plata sin plata”: *El desborde de los comerciantes populares en Bolivia*. La Paz: Fundación Pieb, 2013.

_____. *El desborde económico popular en Bolivia: comerciantes aymaras en el mundo global*. Revista Nueva Sociedad N° 241, sep.-oct. 2012. Disponível em: <http://www20.iadb.org/intal/catalogo/PE/2012/10495.pdf>.

URQUIDI, Vivian. *Movimento cocaleiro na Bolívia*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2007.

VARGAS, Carlos Arce. *Industrialización en el proceso de cambio: la modernización populista del MAS*. La Paz: Cedla, 2014.

VARGAS, Carlos Arce. *La Política Económica del MAS: Hacia el vivir*